

TECNOLOGIA EDUCATIVA PARA MEDIAR A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM MULHERES LACTANTES NO INTERIOR DO PARÁ**EDUCATIONAL TECHNOLOGY TO MEDIATE HEALTH EDUCATION WITH LACTATING WOMEN IN THE INTERIOR OF PARÁ**

Ana Livia Viana da Silva, Eni de Sales Lima, Gabriel Costa Vieira, Gardênia da Silva Cavalcante, Renata Campos de Sousa Borges e Laís Araújo Tavares Silva

RESUMO

O estudo aborda a elaboração e aplicação de uma cartilha educativa sobre aleitamento materno, desenvolvida por acadêmicos do PET-Saúde de Tucuruí-PA em parceria com a Universidade do Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará, no contexto do "Agosto Dourado", mês de conscientização sobre a importância da amamentação. O objetivo foi fornecer informações claras e acessíveis sobre práticas de amamentação e direitos das mulheres lactantes, promovendo suporte às mães trabalhadoras. O método incluiu pesquisa teórica, elaboração da cartilha com conteúdo objetivo e atrativo e sua aplicação em uma ação de educação em saúde em uma Unidade Básica de Saúde. A ação contou com palestras e atividades interativas que estimularam a participação e o esclarecimento de dúvidas. Os resultados mostraram que a cartilha pode ser utilizada para promover a conscientização, estimular a autonomia e troca de conhecimento entre as participantes. Conclui-se que a tecnologia educacional utilizada foi eficaz para reforçar a importância da amamentação e divulgar os direitos das mães lactantes, ressaltando o papel das ações educativas na atenção primária para fortalecer a saúde materna e infantil.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Educação em Saúde. Tecnologia Educacional.

ABSTRACT

The study addresses the development and application of an education booklet on breastfeeding, developed by academics from PET-Saúde de Tucuruí in partnership with the State University of Pará and the Federal University of Pará, in the context of "Golden August", the month of awareness about the importance. The objective was to provide clear and accessible information about breastfeeding practices and the rights of breastfeeding women, promoting support for working mothers. The method included theoretical research, preparation of a booklet with objective and attractive content and its application in a health education action at the Basic Health Unit. An action with lectures and interactive activities that encourage participation and clarification of doubts. The results demonstrated that the booklet promoted greater awareness, autonomy and exchange of knowledge among participants. It is concluded that the education technology used was effective in strengthening the importance of breastfeeding and publicizing the rights of breastfeeding mothers, highlighting the role of educational actions in primary care to strengthen maternal and child health.

Keywords: Breastfeeding. Health Education. Educational Technology.

Data de recebimento: 12/02/2025.

Aceito para publicação: 10/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais da educação e saúde buscam adaptar-se continuamente para o aprimoramento nas respectivas áreas, da mesma forma que deve haver uma combinação e ajustes para atuar de maneira correspondente com a realidade dos Serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para tal finalidade, busca-se evidenciar a relevância de práticas interativas que promovam não apenas o aprendizado, mas também a conscientização sociais importantes. Entre esses temas, destaca-se o apoio à mulher lactante, um tópico essencial para o bem-estar materno e infantil que, apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda enfrenta desafios na disseminação de informações acessíveis e de suporte adequado às mães. O Agosto Dourado, mês instituído para promover e fortalecer a importância do aleitamento materno, apresenta uma oportunidade para que as atividades educativas abordem essa temática de forma abrangente e inclusiva (Borges, 2020).

O aleitamento materno é uma das prioridades do Governo Federal, como prática vital para o desenvolvimento saudável da criança e para a saúde da mãe. No entanto, estudos indicam que muitas mulheres enfrentam barreiras sociais, culturais e institucionais que dificultam a amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida do bebê, conforme recomendado. Com isso, a disseminação de conhecimento e o fortalecimento de direitos que assegurem a prática do aleitamento tornam-se fundamentais para a redução dessas barreiras (Brasil, 2023; Carreiro, 2018).

As dificuldades encontradas na amamentação são diversas e podem afetar tanto a mãe quanto o bebê. Entre as complicações mais comuns estão a dor nos mamilos, fissuras, ingurgitamento mamário e dificuldades para a pega correta do bebê. Além disso, a baixa produção de leite é uma preocupação frequente, o que pode gerar ansiedade e frustração nas mães. Tais dificuldades podem ser exacerbadas pela falta de apoio especializado, como consultas com uma consultora de amamentação e pela falta de informação clara e acessível sobre as melhores práticas. Ocorre também a pressão social para que as mães consigam amamentar de forma “perfeita”, que pode gerar um aumento de estresse, dificultando ainda mais o processo (Hernandes, 2017; Sousa, 2017).

Além das complicações físicas e emocionais da amamentação, muitas mulheres enfrentam desafios diariamente no ambiente de trabalho e em meio a sociedade, que dificultam a continuidade da amamentação. No Brasil, o Art. 392, da Lei nº. 5.452 assegura o direito à licença maternidade de 120 dias, além de um período para a amamentação, mas a realidade vivida por muitas mães ainda é de dificuldades para conciliar o retorno ao trabalho com o aleitamento exclusivo. Como exemplo, a falta de espaço adequado para amamentação ou extração de leite, e além disso, a falta de conhecimento acerca das leis trabalhistas que asseguram seus direitos quanto mulher lactante, essa falta de conhecimento gera uma preocupação com o trabalho, visto que, muitas mulheres não interrompem a jornada de trabalho para amamentar ou sequer armazenar leite de forma segura. Ainda mais, sabe-se que a maioria das mulheres são mães solas, o que limita ainda mais a mãe de parar o trabalho, por ser a pessoa responsável por fornecer o sustento (Sousa, 2017; Brasileiro, 2012).

Diante dessas dificuldades, a disseminação de informações claras e acessíveis sobre a amamentação e seus direitos é fundamental. Tecnologias, como aplicativos e saúde, plataformas online de apoio, vídeos educativos e materiais impressos podem ser ferramentas eficazes para alcançar um maior número de mães, especialmente em áreas com difícil acesso a consultoria presencial. Essas plataformas podem fornecer orientações sobre as melhores práticas para a amamentação, além de informações sobre os direitos trabalhistas das mulheres lactantes, facilitando o acesso ao conhecimento. A educação em saúde é essencial para proporcionar uma experiência mais positiva e saudável tanto para a mãe quanto para o bebê.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo compartilhar informações preciosas acerca do aleitamento materno, contribuindo para o conhecimento da mulher grávida e puérpera, não atingindo apenas um público-alvo, mulher lactante, e sim todos que estão próximos a gestante, com a finalidade de que as pessoas tenham mais consciência e humanização durante esse período em que a mulher fica mais frágil.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo e qualitativo acerca da construção de uma tecnologia educacional no formato de uma cartilha educativa sobre aleitamento materno, referente ao agosto dourado, mês alusivo a esse ato e que ainda persiste quanto a dúvidas recorrentes de seus benefícios, qual a melhor prática e o amparo adequado a esse público.

A proposta partiu como ideia inicial e foi desenvolvida posteriormente pelos acadêmicos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), do grupo 1 (G1 pró-equidade) de Tucuruí, no estado do Pará. Na 11ª edição desse programa, o PET-Saúde busca aprimorar os aspectos entre o ensino, serviço e comunidade dos trabalhadores e futuros trabalhadores em saúde e, no edital de 2024 a 2026, é fomentado pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação, com o objetivo de aprimorar a integração entre ensino, serviço e comunidade na área da saúde, no qual desempenha ações de educação pelo trabalho para a saúde visando ao fortalecimento do processo de integração ensino-serviço-comunidade, articulando esse processo ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a Instituição de Ensino Superior (IES) vinculada, para a formação de futuros profissionais com enfoque na valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS, levando em conta o debate sobre a identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiências, racismo, homofobia, entre outras temáticas. Na atual edição, ainda, integra parceria entre a Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Campus XIII e a Universidade Federal do Pará.

Na primeira etapa, os acadêmicos realizaram uma busca para a fundamentação teórica a partir do tema. Ao final, foram utilizados, majoritariamente, três documentos para o embasamento da cartilha. Assim, o primeiro foi instituído pelo Ministério da Saúde, dentro da subseção de orientações acerca da amamentação. Por conseguinte, atribuíram-se as informações da Receita Federal sobre o programa “Empresa Cidadã”, o qual se destaca quanto a humanização e firmamento social com os direitos sociais e laborais do trabalhador. Por fim, inseriram-se os direitos das lactantes, no Brasil, diante do mercado de trabalho, a partir das informações dispostas pelo Instituto Claro.

Ademais, iniciaram-se os processos de confecção da cartilha, intitulada “Direitos Gerais da Mulher Lactante”, como parte da intervenção aplicada no dia D do agosto dourado, como uma proposta de intervenção contínua e de orientação segura, com linguagem acessível, à população presente e, principalmente, para as mulheres trabalhadoras e mulheres lactantes trabalhadoras.

A cartilha, ainda, foi trabalhada com cores atrativas, com textos curtos e compreensíveis, independente do menor ou maior grau de instrução e uso de recursos visuais para favorecer a familiaridade e atratividade como documento. Ainda, separou-se por índices destacando cada etapa, bem como a disposição de injunções sobre uma amamentação satisfatória ao bebê e confortável à mãe, além de ressaltar os benefícios dessa prática, dos direitos maternos na amamentação, as principais redes de apoio e o processo do ato.

3 RESULTADOS

A elaboração da tecnologia surgiu para atender o “Agosto Dourado” em que acontecem campanhas de conscientização sobre a importância da amamentação, na qual foi dividida em duas fases: construção do produto educacional e o desenvolvimento da ação de educação em saúde. Para debater e disseminar o assunto foi criada uma cartilha com o título “Direitos da Mulher Lactante”. É importante pontuar que a cartilha foi criada por duas estudantes de enfermagem, uma de educação física e uma de pedagogia, que teve sob supervisão de uma enfermeira-docente e da preceptora do grupo 1 do PET-Saúde e servidora municipal do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

A princípio, a construção da cartilha foi dividida em quatro etapas: pesquisa bibliográfica, escolha do tipo de tecnologia e recursos gráficos adequados ao público alvo, elaboração da cartilha e elaboração da apresentação ao público. Considerando os critérios utilizados para a seleção dos temas tratados, através de uma síntese entre os autores, os acadêmicos foram estimulados a fazerem pesquisas acerca do tema, buscando definir os

tópicos que seriam tratados, a tecnologia escolhida para o uso foi a cartilha, por ser um material de fácil acesso.

Em seguida, os acadêmicos foram estimulados a iniciarem uma pesquisa bibliográfica, referências para o início da escrita e construção do tema, foram utilizadas como referência, leis e manuais feitos pelo Ministério da Saúde do Brasil, orientações acerca dos benefícios da mulher lactante feitos pela Receita Federal, o que garantiu que todas as informações expostas no produto educacional fossem confiáveis. A partir disso, foi possível iniciar o processo de construção da cartilha (Brasil, 2023) (Figura 1).

Figura 1 - Páginas 1, 2 e 3 da Cartilha Informativa.



Fonte: Coelho et al. (2024).

O programa escolhido para o desenvolvimento do documento foi o Canva, por possuir uma tela intuitiva, diversos modelos prontos e acessibilidade para o manuseio no aplicativo. Ademais, a cartilha possui 12 páginas, com as cores predominantes: rosa, amarelo e verde (Figura 2). A apresentação da cartilha seguiu as ordens: capa, apresentação, processo de amamentação, benefícios do aleitamento para o bebê, 10 passos para o sucesso do aleitamento materno, como retirar o leite materno, posições de amamentação, direitos da mulher lactante, redes de apoio à mulher e referências. Com o símbolo do Agosto Dourado predisposto em algumas páginas (Figura 2 e Figura 3).

Figura 2 - Página 4, 5 e 6 da Cartilha Informativa.



Fonte: Coelho *et al.* (2024).

Figura 3 - Página 7, 8 e 9 da Cartilha Informativa.



Fonte: Coelho *et al.* (2024).

A palestra foi baseada em uma roda de conversa com gestantes, puérperas e mães de puericultura ali presentes, aconteceu de maneira didática, demonstrado para as mães as formas de amamentar e suas posições, para a demonstração foi utilizado durante a palestra um avental com simulador de mamas e bonecos para amamentação, onde uma graduando de enfermagem e fisioterapia apresentaram as formas de ordenhar e as posições de como segurar o bebê, sendo apresentado na cartilha.

Além de tratar de tópicos, como: processos legais, leis, direitos da mulher gestante, processo de amamentação e direitos de mulher lactante quanto trabalhadora do Sistema Único de Saúde (SUS). A ação foi conduzida por acadêmicos de enfermagem, fisioterapia e a equipe do Cerest. Durante a ação ocorreu a distribuição do material informativo. A ação consolidou-se com uma dinâmica entre lactantes, na qual consistiu em perguntas e respostas, finalizando assim a ação (Figura 5).

Figura 4 - Acadêmicas de Fisioterapia e Enfermagem na apresentação demonstrando os processos de amamentação.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 5 - Apresentação da cartilha e distribuição ao público.



Fonte: Acervo pessoal.

Preliminarmente a cartilha foi apresentada na ação e após finalizada a campanha, foram feitos novos ajustes e iniciado o processo de publicação e registro, a qual foi publicada pela Editora Neurus com o ISBN 978-65-5446-208-2. Com isso, mais pessoas poderão ter acesso e usufruir do seu conteúdo. Logo, a criação da cartilha executada pelas bolsistas do PET- Saúde, se fez de suma importância para a construção de habilidades de pesquisa e a desenvoltura no projeto, e consequentemente, para a produção de tecnologias educativas para a sociedade e a integração ensino-serviço.

4 DISCUSSÃO

A priori, a revisão empregada por Hannah *et al.* (2024) versam que a orientação informativa em resposta à Amamentação Materna Exclusiva (AME) pode resultar em um maior nível de eficácia para esta prática. As ações educativas oferecidas pela unidade básica de saúde, quando não limitadas apenas ao conhecimento teórico e prático, mas também contextualizadas de forma interativa, promovem um nível mais elevado de cuidado

e aprofundamento do vínculo materno-infantil.

Ainda, denotou que essas abordagens didáticas, focadas principalmente na importância da rede de apoio e na reafirmação da autonomia materna para a aprendizagem, favorecem uma duração do AME até quatro vezes maior do que a de mulheres que não obtiveram nenhuma medida informativa (Hannah *et al.*, 2024). Nesse sentido, concordando com a abordagem escolhida e com os objetivos propostos utilizados pelos acadêmicos neste estudo.

Não somente, a pesquisa partiu da metodologia ativa de aprendizagem, cuja se baseia não apenas na exposição e disposição de informações para serem recebidas de forma passiva, mas na horizontalização do aprendizado, de modo que a comunidade consegue expor suas demandas e, em um esforço e interação mútua, desenvolvem as habilidades pretendidas e permite a avaliação de sua alcançabilidade (Amor *et al.*, 2022).

Assim, as atividades educativas são formas eficazes de promover a saúde e reduzir agravos, bem como de ajudar o público-alvo a desenvolver competências práticas e educacionais que auxiliarão no dia a dia sobre as dificuldades encontradas para um ou mais assuntos. Nesse sentido, quando o seu desenvolvimento é realizado por meio de tecnologias educacionais, as quais incluem produtos e materiais para compartilhamento de conhecimento sobre diversos assuntos, tem-se uma ferramenta poderosa de auxílio com perspectivas de cuidado e educação e a construção de um novo cenário (Lanes *et al.*, 2023).

Não somente, o estudo de Carvalho *et al.* (2023) demonstra que não basta ter uma tecnologia educativa que aborde determinado tema. É necessário que, junto a isso, sejam criadas estratégias que estejam em consonância à realidade do público ao qual será exposto a determinado assunto, sendo imprescindível estimular as reflexões propostas, mas também adequar esse material às questões sociais, individuais, culturais, de acesso e de percepção, a fim de que os resultados obtidos com essa intervenção sejam o mais semelhante possível àqueles esperados com sua aplicação.

Ademais, quanto ao incentivo e orientação da prática, foi perceptível o interesse maior do público com múltiplos questionamentos durante sua aplicação, reforçando a importância desse aparato. Desse modo, os mesmos contornos foram observados no levantamento de Febrone *et al.* (2021), o qual, por meio de sua análise, observou que a organização e preparo prévios para a divulgação das informações referentes à AME revelaram-se um dos pilares para a sustentabilidade desta iniciativa, com elevado grau de concretização leva a valorização da capacidade de escuta e do reforço da autoconfiança das mulheres, que indica que estas orientações prestadas no âmbito o paradigma do aconselhamento se fazem eficazes se forem bem executadas na amamentação.

Quanto à relação de dúvidas entre o trabalho e a amamentação, abordado na cartilha, conforme o estudo de Kaliel, Aguiar (2023) refletiu, em um de seus questionamentos, os discursos da divisão sexual do trabalho ainda são sentidos pelas mulheres que amamentam. Sob esse aspecto, na maioria das mulheres, além das atividades da própria família sentidas pela carga social e pessoal de cuidado, são também sobrecarregadas pelo ambiente laboral, as quais enfrentam jornadas duplas e triplas.

Ainda nesse estudo, as mulheres relataram sobre a relação entre trabalho e amamentação, a qual foi prejudicada pelos longos períodos sem amamentar e, devido a isso, o surgimento de mastite, por exemplo, o que dificulta uma atividade já interrompida pela sua questão do trabalho. Relatou, também, que essa preocupação ocasionou diminuição do desempenho no trabalho em comparação com a capacidade laboral anterior à gestação, além de experimentar sentimentos como sensação de não pertencimento no retorno ao ambiente de ocupação.

Para isso, no estudo de Fernandes *et al.* (2018), afirma que quanto ao entendimento dos aspectos legais da amamentação de mulheres que amamentam e trabalham,

demonstrou que a maioria delas, ao procurar o setor de Recursos Humanos (RH) para sanar suas dúvidas quanto a esses direitos e deveres, se defrontam apenas com informações técnicas, sem a orientação adequada, sendo sujeitas a interpretações errôneas. Ainda, ressaltou-se a importância do conhecimento como estratégia para que os direitos referentes às mulheres lactantes não fossem lesados.

Por fim, foram organizadas, dentro da cartilha, as orientações sobre a amamentação e o ambiente de trabalho. Em continuidade a isso, ainda conforme o artigo anterior, é reiterado que os empregadores não podem violar de qualquer forma as leis de proteção à amamentação e a disposição de legislações que exigem um espaço para essa atividade de maneira adequada e confortável. Ainda, no âmbito do Programa Empresa Cidadã, as empresas que já oferecem 120 dias de licença-maternidade poderão beneficiar de um incentivo facultativo financiado pelo governo (Fernandes *et al.*, 2018) sendo, assim, um benefício mútuo, apesar de erroneamente demonstrar que um simples consenso entre empregador e empregado seria suficiente para esse cumprimento. Por isso, a necessidade de conceder a essas mulheres a compreensão de seus direitos e buscá-los quando necessário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, pôde-se observar, durante a produção e a execução da cartilha, como as tecnologias educativas podem favorecer a condução da educação em saúde e da transformação de panoramas desafiadores. Assim, conclui-se que a proposta da tecnologia supracitada correspondeu às expectativas dos autores e, também, do público ao qual foi aplicada, observando essa resposta por meio da interação, discussão e aprofundamento das temáticas desenvolvidas, bem como instigou nas mulheres lactantes o desenvolvimento de sua autonomia frente ao aleitamento e, também, na compreensão e exercício de seus direitos frente à amamentação nos diversos âmbitos de sua vida, sendo essas repostas aos objetivos propostos.

Ressalta-se, ainda, a importância de reforçar as informações diante dos diversos temas na atenção primária aos diversos públicos-alvos, a fim de que as possíveis demandas encontradas busquem um viés não apenas de resolubilidade por meio de um método como as Tecnologias Educacionais, mas também de reafirmação do papel da Atenção Primária, de seus colaboradores e da participação social de usuários do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

AMOR, Ana Lucia Moreno *et al.* Metodologias ativas na prática médica: relato de experiências em Tópicos Especiais em Saúde da Família. **Revista de APS**, v. 25, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Amamentação**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno> Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Receita Federal. **Programa Empresa Cidadã**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/beneficios-fiscais/programa-empresa-cidada/orientacoes> Acesso em: 08 ago. 2024.

BORGES, Renata Campos de Sousa *et al.* Educação em saúde: relato de experiência educativa com tecnologia lúdica. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 8, n. 13, p. 173-184,

2020. DOI: 10.22481/recuesb.v8i13.7104. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/7104>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASILEIRO, Aline Alves *et al.* A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 4, p. 642-648, 2012.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. **Art.392**. Disponível em:

CARREIRO, Juliana de Almeida *et al.* Dificuldades relacionadas ao aleitamento materno: análise de um serviço especializado em amamentação. **Revista Acta Paulista Enfermagem**, v. 31, n. 4, p. 430-438, 2018.

CARVALHO, Rayssa Araujo *et al.* Tecnologias educativas utilizadas no ensino da enfermagem em saúde da mulher: revisão integrativa da literatura. **Peer Review**, v. 5, n. 10, p. 220-237, 2023.

FEBRONE, Rafaele Rosa *et al.* Sustentabilidade da Iniciativa “Unidade Básica Amiga da Amamentação”: um estudo transversal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, p. e20200869, 2021.

HANNA, Leila Maués Oliveira *et al.* Panorama atual dos fatores de interferência na amamentação exclusiva. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 7, p. e16184-e16184, 2024.

HERNANDES, Taís Albano *et al.* Significado e dificuldades da amamentação: representação social das mães. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, Salvador, Brasil**, v. 6, n. 4, p. 247–257, 2017. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v6i4.1692. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1692>. Acesso em: 13 nov. 2024.

KALIL, Irene Rocha; AGUIAR, Adriana Cavalcanti. A boa mãe lactante: percepções maternas sobre amamentação e desmame. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33090, 2023.

LANES, Taís Carpes *et al.* Uso de tecnologias educativas no programa de saúde na escola: relato de experiência. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, v. 13, n. 41, p. 668-680, 2023.

SOUSA, Júlia Pereira dos Santos *et al.* Amamentação em público. **Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras**, v. 7, n. 7, 2017. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10721384/artigo-392-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em: 21 nov. 2024.